



Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T

CNPJ nº 92.715.812/0001-31

www.grupocpfl.com.br Companhia Aberta

Relatório da Administração

Senhores e senhoras acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T ("CPFL Transmissão" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados consolidados em relação ao exercício de 2021, exceto quando especificado de outra forma.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em 2022, a CPFL Transmissão cumpriu com sua agenda estratégica. Reconhecida por seus processos de gestão fundados na excelência operacional, a Companhia e as empresas nas quais detém participação reafirmam o compromisso de ampliar sua capacidade de transmissão, com investimentos considerados indispensáveis para o desenvolvimento sustentável das regiões em que atua. Na sequência do processo de aquisição da Companhia, ocorrido em outubro de 2021, a CPFL Cone Sul realizou as seguintes operações ao longo de 2022: 1. Oferta Pública de Aquisições de ações ("OPA") mandatória, com leilão realizado em 6 de abril; 2. OPA de deslistagem, com leilão realizado em 18 de novembro. Como resultado das referidas OPAs, a CPFL Cone Sul passou a ser titular de aproximadamente 99,32% do capital social total da CPFL Transmissão. Como consequência da OPA de Deslistagem, em 30 de novembro de 2022, a conversão de registro da Categoria "A" para Categoria "B" foi deferida pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da Companhia, realizada em 7 de dezembro de 2022, foi deliberado e aprovado o resgate compulsório das ações em circulação remanescentes. Em nova AGE da Companhia, realizada em 16 de dezembro de 2022, as ações resgatadas foram canceladas. Com isso, a CPFL Cone Sul passou a ser titular de 100% do capital social total da CPFL Transmissão. Ainda, ao longo deste relatório serão apresentadas as informações mais relevantes do último exercício, como o reajuste da Receita Anual Permitida ("RAP") visando remunerar investimentos feitos para melhoria dos serviços e repor perdas de inflação.

2. COMENTÁRIO SOBRE A CONJUNTURA

AMBIENTE MACROECONÔMICO

O ano de 2022 começou sob os auspícios de uma nova onda global de Covid-19, causada pela variante Ômicron. A variante se mostrou muito mais transmissível, porém menos letal (para a população vacinada). Isso levou à forte redução das restrições de circulação e a pandemia se tornou uma questão de menor impacto econômico. Mas, isso não significou imediata normalização da economia. Ao desequilíbrio das cadeias produtivas já existente no início de 2022 se somou um novo choque, trazido pela invasão da Ucrânia pela Rússia. Os temores com relação à disponibilidade de grãos, metais e energia decorrentes do conflito elevou sobremaneira os preços das principais commodities. Por seu turno, a retomada das atividades pós-pandemia impulsionou o consumo de serviços e o mercado de trabalho, repercutindo sobre o consumo de forma geral. A inflação global se tornou uma grande preocupação ao longo do ano e os principais bancos centrais mundiais promoveram um aperto sincronizado e significativo de condições monetárias. Já o Brasil foi beneficiado pela alta de preços de commodities no mercado internacional em duas frentes. A primeira foi nas contas externas: com o bom desempenho da balança comercial, foi possível manter em patamar confortável o déficit em transações correntes e os indicadores de endividamento externo. O segundo benefício foi o aumento da arrecadação federal associada ao setor de minério de ferro (2021) e do petróleo (2022), que foi decisivo para que o setor público consolidado brasileiro voltasse a registrar superávits primários em 2021 e 2022 - algo que não se observava desde 2013. Contudo, tais surpresas proporcionaram espaço para aumento dos gastos e desonerações. Elevando as incertezas sobre a sustentabilidade fiscal brasileira, principalmente a partir do momento em que a regra fiscal em vigor - o teto de gastos - foi alterada para viabilizar a expansão de despesas pela União em pleno ano eleitoral. Este cenário gerou forte deterioração das perspectivas para o endividamento público. Boa parte dos analistas passou a prever alta expressiva da razão dívida/PIB ao longo da década atual (partindo de um nível em 2022 já relativamente elevado para uma economia emergente). Estas incertezas com relação à sustentabilidade fiscal foram responsáveis também, em larga medida, por manter a taxa de câmbio mais pressionada no segundo semestre de 2022. Essa pressão sobre o câmbio ocorreu a despeito da forte alta dos juros reais e dos bons resultados das contas externas. Por outro lado, as desonerações permitiram uma expressiva descompressão da inflação, especialmente no segundo semestre do ano, quando se registrou deflação na comparação mensal por três meses consecutivos (jul-set). Assim, a despeito de ter atingido 12,1% no acumulado em 12 meses até abril, a inflação encerrou o ano de 2022 em 5,8%. Apesar de se situar pelo segundo ano consecutivo acima do teto da meta, está bastante abaixo da taxa de 10,1% registrada no ano anterior e do que teria sido sem as medidas de desoneração. A atividade econômica também se beneficiou do impulso fiscal, especialmente na segunda metade do ano. O primeiro semestre foi marcado pela forte expansão do mercado de trabalho e aumento do consumo, especialmente dos serviços prestados às famílias (reflexo da retomada pós-pandemia), o que garantiu uma expansão de 1,4% em relação ao encerramento de 2021. Já as medidas de desoneração e gastos consolidaram a expansão da renda real (pelo Auxílio Brasil turbinado, consignado do Auxílio Brasil, queda da inflação, entre outros) e garantiram uma expansão do PIB no terceiro trimestre do ano, a despeito dos efeitos negativos da contração monetária já começarem a se fazer sentir no quarto trimestre.

AMBIENTE REGULATÓRIO

Reajuste Tarifário Anual ("RTA"): Com a retificação da REH nº 2.960/2021 que trouxe o resultado definitivo da Revisão Tarifária Periódica ("RTP") de 2018 (após a fiscalização da SFF/ANEEL), para o Contrato de Concessão nº 055/2001, o índice de reposicionamento definitivo ficou em +4,71%. Nos ciclos 2020-2021 e 2021-2022 foram recebidos os valores considerando o índice de reposicionamento definitivo provisória que era de +7,53%, conforme REH nº 2.845/2021. A diferença dos valores entre as RTP definitiva (+4,71%) e provisória (+7,53%) está sendo devolvida por meio de parcela de ajuste, no ciclo 2022-2023. A REH nº 3.067, de 12 de julho de 2022, estabeleceu as RAPs da Companhia e suas controladas, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023. A RAP do Contrato de Concessão nº 055/2001, sem considerar a parcela de ajuste, é de R\$ 933 milhões, representando um incremento na ordem de 22% quando comparada à RAP Homologada do ciclo anterior (2021-2022). Este aumento é devido, principalmente ao segundo ciclo do repêrimento do componente financeiro da PRT nº 120/2016 (RBSE) onde há um incremento de 46% no componente, bem como da trajetória de O&M oriunda da RTP de 2018 e de ajustes no componente econômico da PRT nº 120/2016. Além destes, houve o reconhecimento de recursos interpostos contra as REH nº 2.895/2021 e REH nº 2.959/2021 e outros ajustes realizados na base, somados ao reajuste pelo IPCA que superam o impacto negativo da RTP e resultam no incremento de receita para o ciclo 2022-2023.

(em milhares de reais)							
REH 2.959/2021 (*)	IPCA	Ampliações, reforços e melhorias	RBSE (**)	RTP	Ajuste da base	Parcela de ajuste	REH 3.067/2022 (*)
763.074	86.892	7.692	83.693	21.318	13.566	16.359	933.599

(*) Valores homologados não considerando a Parcela de ajuste - PA;

(**) Valores incluem incremento do componente financeiro, ajuste no componente econômico (PRT 120/16) e a trajetória de O&M.

A Receita Homologada Líquida (de PIS e COFINS) total da Companhia, referente aos Contratos de Concessão nº 055/2001, nº 080/2002 e da controlada TESB, nº 001/2001, apresenta a seguinte composição:

(em milhares de reais)										
Contrato de Concessão	REDE BÁSICA			Demais Instalações de Transmissão - DIT						
	RBSE	RBNi	RBL	Parcela Ajuste	RPC	RCDM	RPEC	Parcela Ajuste	Total 2023 (*)	Total 2022 (*)
055/2001	579.905	144.032	-	-23.386	133.693	75.970	-	7.027	917.241	832.373
080/2002	-	-	22.438	-705	-	-	-	-	21.733	19.717
001/2011	-	-	25.214	-3.915	-	-	2.710	-	24.009	18.374
	579.905	144.032	47.652	28.006	133.693	75.889	2.710	7.027	962.983	870.464

(*) Valores considerando as parcelas de ajuste - PA

Revisão Tarifária Periódica ("RTP") TESB: Em 21 de junho de 2022 foi publicada a REH nº 3.050/2022 que homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica dos Contratos de Concessão outorgados mediante licitação, na modalidade de leilão público. Para esses contratos, a revisão é realizada sobre a RAP ofertada no Leilão, mediante o recálculo do Custo de Capital de Terceiros^(pp). Neste escopo constou a revisão do Contrato de Concessão nº 001/2011 da controlada TESB que resultou em um índice de reposicionamento de +26,71%. **Contrato de concessão nº 4/2021 - ANEEL:** Em 31 de março de 2021, foi celebrado o Contrato de Concessão nº 004/2021-ANEEL, que regula a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão na SE 230/138 kV Cachoeirinha 3, referente ao Lote 6 do Edital do Leilão nº 01/2020-ANEEL. A entrada em operação dos ativos está prevista para 2024 e a RAP que a Companhia receberá pela prestação do serviço público de transmissão é de R\$ 11.106.511,48 (onze milhões, cento e seis mil, quinhentos e onze reais e quarenta e oito centavos), conforme RAP Homologada atualizada para o Ciclo 2022-2023.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

Desempenho no segmento de transmissão de energia elétrica: A CPFL Transmissão tem apresentado excelente desempenho técnico-operacional no decorrer dos últimos anos. **Energia Não Suprida ("ENS"):** O indicador de ENS consiste na análise do quantitativo da energia interrompida por indisponibilidade de ativos de transmissão e, portanto, constata o impacto efetivo da indisponibilidade para a

sociedade. Em 2022 o ENS totalizou 975,72 MWh, comparado a 1.005,44 MWh em 2021, representando uma redução de 2,96%. **Parcela Variável ("PV") descontada:** A PV Descontada consiste na relação percentual dos descontos de PV efetivados sobre a base do Faturamento Mensal da Transmissora. Tais dados são disponibilizados mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS"). Em 2022, a PV incidente totalizou 0,916%, comparado a 0,696% em 2021, representando um aumento de 31,6%. Realizando uma análise comparativa do desempenho operacional do segmento de transmissão de energia elétrica, entre as nove concessionárias de transmissão do país que tiveram suas concessões renovadas, no ano de 2022, novamente a CPFL Transmissão teve um desempenho destacado ao apresentar o segundo melhor resultado.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Receita operacional: A receita operacional bruta foi de R\$ 2.063 milhões, representando um aumento de 37,1% (R\$ 558 milhões), devido principalmente a: (i) ajuste na margem de construção no IFRS (R\$ 386 milhões); (ii) do aumento de 81,1% (R\$ 101 milhões) na receita com construção da infraestrutura da concessão e (iii) reajuste anual da RAP das transmissoras que representou uma variação de 10,63% (R\$ 93 milhões) (na receita de remuneração do ativo contratual). Esses efeitos foram compensados por uma variação negativa de R\$ 22 milhões nos demais itens. As deduções da receita operacional foram de R\$ 253 milhões, apresentando uma redução de 0,8% (R\$ 2 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 1.809 milhões, um aumento 44,9% (R\$ 560 milhões). **Geração operacional de caixa - EBITDA:** A geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA, atingiu R\$ 1.164 milhões, um aumento de 179,7% (R\$ 748 milhões), devido a uma melhora de 44,9% (R\$ 560 milhões) na receita operacional líquida e por uma redução de 51,4% (R\$ 343 milhões) no PMSO (despesas com pessoal, material, serviços de terceiros, outros custos/despesas operacionais e entidade de previdência privada). A variação no PMSO deve-se aos seguintes fatores: • Redução de 6,7% (R\$ 14 milhões) nas despesas com pessoal; • Aumento de 5,4% (R\$ 4 milhões) nas despesas com serviços de terceiros; • Variação positiva (ganho) de R\$ 292 milhões em outros custos/despesas operacionais; • Redução de 38,0% (R\$ 40 milhões) no item Entidade de Previdência Privada. Em contrapartida, houve um aumento de 50,2% (R\$ 108 milhões) no custo com construção da infraestrutura e uma redução de 92,4% (R\$ 46 milhões) na equivalência patrimonial.

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA		
	2022	2021
Lucro Líquido	905.788	36.860
Depreciação e amortização	10.990	17.856
Resultado financeiro	(3.704)	45.973
Contribuição social	66.589	80.469
Imposto de renda	184.745	235.097
EBITDA	1.164.408	416.256

*Conforme Resolução CVM nº 156/22.

Lucro líquido: Em 2022, o lucro líquido do exercício atingiu R\$ 906 milhões, ante um lucro líquido de R\$ 37 milhões no ano anterior, uma alta de (R\$ 869 milhões), refletindo principalmente: (i) o aumento de 179,7% (R\$ 748 milhões) no EBITDA; (ii) a redução de 20,4% (R\$ 64 milhões) no imposto de renda e contribuição social, (iii) a melhora de R\$ 50 milhões no resultado financeiro, e (iv) a redução de 38,5% (R\$ 7 milhões) na depreciação e amortização. **Endividamento:** No final de 2022, a dívida financeira bruta da Companhia atingiu R\$ 1.061 milhões, apresentando um aumento de 56,2%.

5. INVESTIMENTOS

Em 2022, foram realizados investimentos de R\$ 307 milhões, para a manutenção e expansão do negócio. Incluso nesse valor estão os investimentos realizados pela controlada Transmissora de Energia Sul Brasil - TESB, que totalizaram R\$ 47 milhões em 2022. A principal oportunidade de alocação de capital da CPFL Transmissão no momento é por meio de projetos de reforços e melhorias na concessão renovada. Estes investimentos dependem de Resoluções Autorizativas da ANEEL e a Companhia já possui autorizações para investimentos no montante de, aproximadamente, R\$ 1.200 milhões, para execução nos próximos anos.

6. MERCADO DE CAPITALIS

Neste ano, na sequência do processo de aquisição da Companhia, ocorreu a OPA Mandatória, visando os 33,92% de suas ações em circulação (*free float*), com o leilão sendo realizado na B3 em 6 de abril de 2022. Como resultado, a CPFL Cone Sul passou a deter 99,26% do capital social total da Companhia. Em 25 de julho de 2022 ocorreu uma AGE, em que foi aprovada a saída da Companhia do Nível 1 de Governança Corporativa da B3. Dessa forma, as ações da Companhia passaram a ser negociadas no Segmento Básico de listagem da B3, a partir de 27 de julho de 2022. Em 18 de novembro de 2022, ocorreu o leilão da OPA de Deslistagem, onde a CPFL Cone Sul passou a ser titular de 9.592.444 ações de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente 99,32% do seu capital social total. Em 30 de novembro de 2022, a conversão de registro da Categoria "A", para Categoria "B" foi deferida pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Dessa forma, as ações de emissão da Companhia passaram a não ser mais admitidas a negociação em mercados regulamentados de valores mobiliários. Tendo em vista a conclusão da OPA de Deslistagem e o fato de as ações em circulação representarem à época menos que 5% do total de ações de emissão da Companhia, foi convocada e realizada uma Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da Companhia, em 7 de dezembro de 2022, onde foi deliberado e aprovado o resgate compulsório das ações em circulação remanescentes. Em nova AGE da Companhia, realizada em 16 de dezembro de 2022, as ações resgatadas foram canceladas. Com isso, a CPFL Cone Sul passou a ser titular de 100% do capital social total da CPFL Transmissão.

7. SUSTENTABILIDADE E ASPECTOS ESG (AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA)

A CPFL Transmissão desenvolve iniciativas que buscam gerar valor para a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir com o desenvolvimento sustentável das áreas de abrangência. Alinhada ao Plano Estratégico do Grupo CPFL, a estratégia de sustentabilidade/ESG é incorporada aos processos decisórios, ações e investimentos, conforme destaques a seguir. **Plano ESG 2030:** aprovado em novembro como uma evolução do Plano de Sustentabilidade 2020-2024, traz diretrizes e estratégias organizadas em quatro pilares: Soluções renováveis e inteligentes, Operações sustentáveis, Valor compartilhado com a sociedade e Atuação segura e confiável. O plano se desdobra em 23 compromissos públicos norteados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. **Plataforma de Sustentabilidade:** ferramenta de gestão da performance em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano ESG 2030. **Comitê de Sustentabilidade:** instância da diretoria executiva responsável por monitorar a execução da estratégia ESG, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para a empresa. **Mudanças do Clima:** estamos comprometidos com a transição para uma economia de baixo carbono e enfrentamos o desafio das mudanças climáticas com senso de urgência, responsabilidade e determinação. Mais informações em: www.cpfl.com.br/ri > Governança e Sustentabilidade > Mudanças Climáticas. **Gestão Ambiental:** nosso modelo de negócio demanda uma ampla capacidade de gestão dos impactos socioambientais, consolidada na forma de programas aprovados pelos órgãos ambientais e executados nas fases de implantação e operação dos empreendimentos, em conformidade com a legislação e com as licenças ambientais.

8. AUDITORES INDEPENDENTES

A PriceWaterHouseCoopers Auditores Independentes ("PwC") foi contratada pela CPFL Transmissão para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia. Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a PwC prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços:

Natureza
Serviços de compliance tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)
Revisão da ECD Contábil do ano calendário 2022
Auditoria do RCP (Relatório de Controle Patrimonial)

A contratação dos auditores independentes é de competência do Conselho de Administração, que analisa sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes. Em linha com o previsto pela Instrução CVM 162/22, a Administração possui políticas e controles que tratam, dentre outros assuntos, sobre o porte da empresa de auditoria a ser contratada para fins de auditoria das demonstrações financeiras e sobre as regras de contratação de fornecedores para serviços de auditoria e "extra-auditoria". Tal política, dentre outros motivos, tem como objetivo evitar a existência de conflitos de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes. Ademais, a PwC declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

9. AGRADECIMENTOS

A Administração da CPFL Transmissão agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidades da área de atuação de suas empresas controladas, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2022. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

continua →